

Vila Verde
Município

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Procedimento por Ajuste Direto

Aquisição de Serviços para elaboração de Caderno de Referenciais para a seleção e caracterização dos principais produtos enogastronómicos do Minho e promoção de ações de capacitação-“ Arroz de Pica no Chão de Vila Verde” , no âmbito da atividade Estruturação, valorização e promoção dos produtos endógenos do Minho, da Ação “Qualificação e Valorização da Gastronomia do Minho”, do projeto Minho Região Europeia da Gastronomia/Sistema de Apoio às Ações Coletivas-Qualificação

Destinatários do convite:

Instituto Politécnico de Viana do Castelo I.P.

I – Identificação do procedimento

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços para elaboração de Caderno de Referenciais para a seleção e caracterização dos principais produtos enogastrónómicos do Minho e promoção de ações de capacitação-” Arroz de Pica no Chão de Vila Verde” , no âmbito da atividade Estruturação, valorização e promoção dos produtos endógenos do Minho, da Ação “Qualificação e Valorização da Gastronomia do Minho”, do projeto Minho Região Europeia da Gastronomia/Sistema de Apoio às Ações Coletivas-Qualificação

II – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Vila Verde, abreviadamente designada por MVV, sito na Praça do Município, 4730-733 Vila Verde, com os números de telefone n.º 253 310 500 e fax n.º 253 310 036 e com o endereço de correio eletrónico geral@cm-vilaverde.pt .

III – Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi adotada pela Sr.ª Vereadora da Educação, Cultura e Ação Social da Câmara Municipal de Vila Verde, no uso de competências subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara, através de despacho i/19668/2017/MVV, datado de 24/11/2017, publicado na II Série do Diário da República, em 27/12/2017, sob a designação “Despacho 11377/2017”.

IV – Fundamento da escolha do ajuste direto

O procedimento a adotar é o Ajuste Direto, fundamentando-se a escolha com o estatuído no art.º 20.º, n.º 1, al. d), do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

V – Documentos da proposta

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP.
2. Proposta de preço;
3. Memória descritiva dos trabalhos nas suas diferentes fases;
4. Calendarização
5. CV dos elementos que vão coordenar o trabalho

VI – Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

VII – Prazo para a apresentação da proposta

As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas até às 17:00 horas do 5.º dia posterior ao do envio do convite à apresentação de proposta, através da plataforma eletrónica de contratação pública *Acingov*, acessível através do endereço www.acingov.pt.

VIII – Modo de apresentação das propostas

A propostas deverá ser remetida através da plataforma referida no ponto anterior.

IX - Negociação

A proposta não será objeto de negociação.

X – Critério de adjudicação

Por se tratar de um convite a uma única entidade, a adjudicação consiste na aceitação da única proposta apresentada, como resulta da primeira parte do n.º 1 do artigo 73.º do CCP, pelo que não é indicado um critério de adjudicação conforme definido no artigo 74.º, do mesmo código.

XI – Critério de desempate

Não aplicável.

XII – Caução

Não é exigida a prestação de caução nos termos artigo 88.º, n.º 2, alínea a), do CCP.

XIII – Documentos de habilitação

1 - O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:

- a) Declaração elaborada nos termos do Anexo II do CCP.
- b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos do artigo 55.º, n.º 1, al. d), do CCP;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos do artigo 55.º, n.º 1, al. e), do CCP;

- d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da entidade adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h), do n.º 1, do artigo 55.º, do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento.

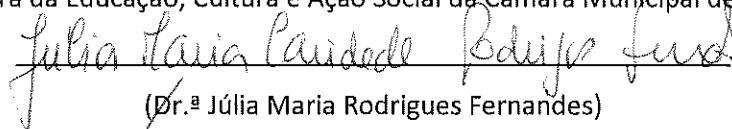
XIV – Outorga do contrato

O contrato será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo máximo de 30 dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

XV – Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. Os pedidos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser colocados através da plataforma eletrónica www.acingov.pt até ao término do 1/3 do prazo dado para entrega de propostas;
2. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

A Vereadora da Educação, Cultura e Ação Social da Câmara Municipal de Vila Verde,


(Dr.ª Júlia Maria Rodrigues Fernandes)